

RECURSO ESPECIAL Nº 1.715.431 - PR (2017/0321961-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ADEMIR SIMÕES**
ADVOGADOS : **MAURÍCIO JOSÉ MORATO DE TOLEDO - PR029539**
 VINÍCIUS CARVALHO FERNANDES - PR038253
 FERNANDA IMBRIANI FARIA - PR048758
 CLEBERSON DINIZ - PR070833
RECORRIDO : **ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADOR : **CLIFFORD GUILHERME DAL POZZO YUGUE E OUTRO(S) -**
 PR056836
RECORRIDO : **PARANAPREVIDENCIA**
ADVOGADO : **DOUGLAS MURILO DOS REIS - PR081031**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Ademir Simões, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ, fl. 691):

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. PRETENSÃO DE PERCEPÇÃO INTEGRAL RELATIVA A VERBA DE REPRESENTAÇÃO, VANTAGEM ASSEGURADA AOS INTEGRANTES DA CARREIRA ESPECIAL DE ADVOGADO DO ESTADO DO PARANÁ. FUNÇÃO NÃO EXERCIDA PELO REQUERENTE. SENTENÇA QUE CONCEDEU O PAGAMENTO DA VANTAGEM QUANDO NA ATIVA. CONCESSÃO PROPORCIONAL, REFERENTE AO TEMPO EM QUE INCIDENTE OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS SOBRE O MONTANTE (4/35 AVOS). APELOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, o recorrente sustenta violação dos arts. 489, 1.010 e 1.022 do CPC/2015, ao argumento de omissão a respeito de pressupostos meritórios deduzidos tanto em contrarrazões de apelação quanto nos embargos de declaração, tais quais os expostos à e-STJ, fl. 726.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

Do exame detido dos autos, constata-se inexistir afronta ao comando normativo inserto nos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, na medida em que o acórdão proferido na origem se manifestou satisfatoriamente sobre todos os aspectos fático-jurídicos relevantes e inerentes à controvérsia instaurada, inclusive as teses deduzidas pelas partes.

Frise-se que o contraponto aos argumentos das partes não demanda citação

Superior Tribunal de Justiça

literal de suas palavras ou dos mesmos dispositivos legais (ou de todos). Basta que haja suporte fático-jurídico coerente e adstrito ao debate dos autos.

Desnecessário, portanto, qualquer complemento à fundamentação assentada pela Corte regional, ante a ausência de máculas na prestação jurisdicional, motivo pelo qual não se cogita em contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

Adiante, saliente-se que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com esteio no art. 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Por fim, o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara da divergência entre os casos confrontados, a fim de identificar os trechos que os assemelhem. Desse modo, não se oferece como bastante a simples transcrição de ementas ou votos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator